

A T A S

1 **ATA DA 4ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA CONGREGAÇÃO**, realizada aos
2 06/11/2017, no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP -
3 sala 145 - Prédio da Administração, sob a presidência de Paulo Martins e com a presença dos
4 membros: Adriana Pereira Matos, Álvaro de Vita, Ana Paula Torres Megiani, André Singer,
5 Betina Bischof, Breno Battistin Sebastiani, Edelcio Gonçalves de Souza, Elisabetta Antonietta
6 Rita Maria Carmela Santoro, Evani de Carvalho Viotti, Fernando Rodrigues Junior, Flávia Calé
7 da Silva, Gabriela Macedo Pereira de Souza, Helmut Paul Erich Galle, Lenita Maria Rimoli
8 Esteves, Luís César Guimarães Oliva, Lusine Yeghiazaryan, Manoel Mourivaldo Santiago
9 Almeida, Maria Clara Paixão de Sousa, Mario Ramos Francisco Junior, Marta Inez Medeiros
10 Marques, Moacir Aparecido Amâncio, Mona Mohamad Hawi, Rosangela Sarteschi, Ruy
11 Gomes Braga Neto, Safa Alferd Abou Chahla Jubran, Sara Albieri, Shirlei Lica Ichisato
12 Hashimoto, Sylvia Maria Caiuby Novaes, Tania M. B. Paula, Waldir Bevidas. **Como**
13 **Assessores atuaram:** Eliana B.S. Amatuzzi, Normando Peres, Rosângela Duarte Vicente.
14 **Vice-diretor:** “Desejo a todos uma boa tarde. Dou como aberta a quarta sessão extraordinária
15 da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, de 06/11/2017. Quero
16 justificar a ausência da Profa. Maria Arminda, eu vou substituí-la nesta Congregação
17 especificamente, já que o encaminhamento desta Congregação foi feito por mim. Também
18 justificam a ausência a esta Congregação os professores: Sandra Vanconcelos, Giuliana
19 Ragusa, Maria Célia Lima Hernandez, Wagner Costa Vieira, Marcos Martinho, Marcos Piason
20 Natali, Maria Augusta da Costa Vieira, Juliana Pasquarelli Perez, Andreas Attila, Eduardo
21 Marques, Heitor Fruguli Luis Reppa e Oliver Tolle. Começo esta Congregação esclarecendo
22 que ainda que ela seja praticamente uma pauta única, há dois pequenos detalhes que foram
23 incluídos na pauta. Um não chega a ser uma inclusão, mas um pedido da Congregação anterior
24 de que houvesse, por parte da presidência da CPG, do Prof. Edélcio, um esclarecimento a
25 respeito do encaminhamento dos destaques realizados concernentes ao novo regimento da Pós-
26 Graduação. Destaques que foram, em alguns casos, elaborados pela nossa representação no
27 Conselho Universitário, e que nesse sentido foi pedido a ele que desse um esclarecimento de
28 como tinha sido resolvido isso dentro da câmara, para que isso fornecesse elementos à nossa
29 representação no próximo CO. 2 - NOVO REGIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO -
30 DISCUSSÃO DOS DESTAQUES APONTADOS NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO: 1.
31 Prof. Marcos Nogueira Martins (IF) – Art. 37 – destaque aditivo – incluir “prazo de 180 dias da
32 aprovação do processo seletivo”. 2. Prof. Wagner Costa Ribeiro (FFLCH) – Art. 61, parágrafo
33 3º - destaque supressivo – suprimir a flexibilização da língua portuguesa na Universidade. 3.
34 Prof. Raul Franzoli Neto (FZEA) – Art. 118 – destaque supressivo – manter a redação original
35 do RPG relativa à definição mestrado profissional. 4. Prof. Oswaldo Yoshimi Tanaka (FSP) –
36 Arts. 118 a 124 – destaque supressivo – suprimir a supressão, mantendo a redação atual do
37 RPG que prevê a diferenciação do mestrado profissional e doutorado profissional. 5. Prof.
38 Marcílio Alves – (EP) – art. 47, parágrafo 2º - destaque modificativo – ao invés de 20 dias de
39 licença-paternidade, o mesmo prazo da licença-maternidade. 6. Profa. Ana Lúcia Duarte Lanna
40 (FAU) – Estatuto, arts. 72, parágrafos 2º e 3º; Reg. Pós – Art. 79, parágrafos 1º e 2º - destaque
41 modificativo – orientadores e professores não doutores – admissível para mestrados
42 profissionais e não admissível para mestrados acadêmicos. **Prof. Edélcio** em esclarecimento
43 sobre o novo regimento da Pós-Graduação. **Presidente da Comissão de Pós-Graduação -**
44 **Prof. Edélcio Gonçalves de Souza:** “Boa tarde a todos. Trata-se, então, de alguns destaques
45 levantados pelo Conselho Universitário (CO) a respeito do Regimento da Pós-Graduação. O
46 Regimento foi votado na última sessão do CO e foram feitos 6 destaques a serem votados
47 separadamente na próxima reunião. O Prof. André pediu que a CPG (Conselho de Pós-
48 Graduação) dissesse alguma coisa sobre esses destaques. Tivemos uma reunião da CPG na
49 semana passada e discutimos esses destaques todos. Então eu vou dizer rapidamente qual é a
50 posição da CPG com respeito a cada um dos itens. São 6 itens: o primeiro item é uma
51 modificação do prazo para apresentação de documentação depois que uma pessoa passou em

A T A S

52 um processo seletivo. Um professor do Instituto de Física sugeriu que esse prazo fosse
53 aumentado para 180 dias, seis meses. Ou seja, a contar da data da primeira matrícula, do
54 ingresso, ele tem seis meses para apresentar o certificado de conclusão do curso que ele tinha
55 feito. Isso é um tanto quanto polêmico, mas a CPG aprovou a inclusão. **Vice-diretor:** “Vou dar
56 um esclarecimento: eu estava nesse CO e a questão que foi aventada pelo professor da Física
57 foi justamente o fato de que muitos bons candidatos escolhem outras Universidades Estaduais,
58 ou a UNESP ou a UNICAMP, porque os prazos lá são mais dilatados e eles acabam por optar
59 por elas e não pela Universidade de São Paulo justamente por conta desse prazo. Então essa foi
60 a justificativa apresentada no CO.” **Prof. Edélcio:** “Tem um outro ponto que são alunos
61 estrangeiros que demoram para ter esses certificados. De qualquer forma, a CPG aprova a
62 inclusão do prazo de 180 dias, a contar da matrícula de ingresso. Eu não quero me estender
63 muito, mas isso é uma coisa um pouco sensível. Significa que o aluno consegue fazer o último
64 semestre de Graduação e o primeiro semestre do Mestrado concomitantemente. Dá para fazer
65 isso. A discussão foi longa no Conselho de Pós-Graduação e, de qualquer forma, o Conselho já
66 entendia que poderia estender o prazo e a CPG aceitou essa inclusão.” **Luís César Guimarães**
67 **Oliva:** “Se houver qualquer tipo de irregularidade ou a pessoa não conseguir concluir o seu
68 Mestrado tal como previsto, a matrícula fica cancelada depois dos seis meses.” **Prof. Edélcio:**
69 “Fica. É desligado.” **Diretor:** “É uma matrícula condicional, na verdade.” **Profa. Elisabetta**
70 **Antonietta Rita Maria Carmela Santoro:** “Talvez fosse importante dizer que o que foi
71 pensado na CPG é que o fato de o Regimento de Pós-Graduação da USP permitir isso, não
72 significa que nós aqui também tenhamos que fazer a mesma coisa. Se a Faculdade entender que
73 isso não é adequado, nós podemos adotar outra postura, mas nós decidimos que deveríamos
74 aprovar e aceitar para aqueles que acham isso importante para a Universidade.” **Prof. Edélcio:**
75 “Se a Faculdade quiser diminuir o prazo, não há problema. Esse prazo de seis meses seria uma
76 espécie de prazo máximo, que é o que está no texto, na verdade. Está claro esse ponto? Certo.
77 O segundo ponto foi do Prof. Wagner Costa Ribeiro aqui da Faculdade de Filosofia. A proposta
78 do Regulamento flexibilizava a obrigatoriedade de Proficiência em Língua Portuguesa para
79 alunos estrangeiros. O professor pede para suprimir essa flexibilização, isto é, para manter a
80 obrigatoriedade de que todos os alunos estrangeiros façam um teste de proficiência em Língua
81 Portuguesa, e a CPG votou a favor dessa proposta, votamos a favor de manter a
82 obrigatoriedade. Os terceiro e quarto destaques estão mais ou menos relacionados a mesma
83 coisa. É o seguinte: no regimento que está em vigor agora, o mercado profissional é tratado em
84 um capítulo à parte. O Regimento que está sendo proposto, colocou todas essas coisas juntas:
85 mestrado profissional, mestrado acadêmico, doutorado acadêmico, doutorado profissional, e
86 então “enxugou” o regulamento para não haver implicação de artigos, etc. Alguns professores
87 não gostaram dessa junção e propuseram que se voltasse ao texto antigo. O Conselho de Pós-
88 Graduação discutiu isso na última reunião e votou por não voltar ao texto antigo e tentar manter
89 a redação que foi sugerida agora: a CPG vota com o Conselho. Ou seja, tem o regulamento
90 vigente e o regulamento que está sendo votado. No regulamento vigente, o mestrado
91 profissional é tratado como um capítulo à parte. No regulamento que está sendo proposto pelo
92 Conselho de Pós-Graduação, o mestrado profissional, o acadêmico, o doutorado, eles são
93 colocados juntamente. O profissional somente é tratado separadamente quando aquilo é
94 necessário, de acordo com as especificidades do caso. Esses professores pedem para manter
95 como está no regulamento vigente. O Conselho de Pós-Graduação entende que o mestrado
96 profissional não está sendo colocado em segundo plano com isso, então ele recomenda que não
97 se acate o ponto 3 e 4; recomenda que a redação que está sendo proposta é a que deve ser
98 aprovada. A CPG vota com o conselho. Depois, no item 5, um professor da escola politécnica
99 sugere que a licença paternidade de 20 dias, seja estendida para o mesmo prazo da licença-
100 maternidade, de 180 dias. A CPG votou a favor. O item 6 é sobre a possibilidade de que
101 professores não doutores possam orientar e ministrar cursos na Universidade. Normalmente
102 isso acontecia somente no mestrado profissional, mas a proposta é que em algumas áreas, se for

A T A S

103 necessário, admita-se professores que não sejam doutores. Principalmente Medicina,
104 Arquitetura e Engenharia, em que há muitos desses casos. O que acontece? O regimento que a
105 gente está propondo permite isso, claro que com regras: tem que passar pela CPG, tem que
106 passar pela Congregação, tem regras de votação, quórum, etc. Essa professora, Ana Lúcia,
107 propõe que isso só valha para mestrados profissionais e não seja admissível para mestrados
108 acadêmicos. Esse destaque não foi aceito pelo Conselho de Pós-graduação nem pela CPG. A
109 CPG aceita a redação que está sendo proposta, da possibilidade de professores não doutores
110 orientarem e darem cursos. Não só para mestrado profissional, mas para qualquer mestrado e
111 doutorado.” **Profa. Elisabetta:** “Eu também acho importante apontar para o fato de que
112 durante a CPG, pelo menos, nós pensamos em vários casos específicos. Por exemplo, países em
113 que o doutorado não existia há até pouco tempo. Então nós não conseguimos trazer o Umberto
114 Eco para ministrar cursos de Pós-graduação, porque ele não tinha doutorado. Eu só estou
115 citando esse caso, para que a gente pense nas várias possibilidades que essa redação do
116 regimento permitiria, facilitaria. É claro que tudo isso precisa sempre passar por todas as
117 instâncias. Então, não é o caso de que qualquer um que não tenha doutorado possa começar a
118 orientar e ministrar cursos de pós-graduação. São questões que simplesmente permitem que
119 isso seja feito em alguns casos específicos. Só para explicar, essa é apenas uma das questões
120 que eu me lembro; outras tantas foram levantadas pelos membros da CPG, sobre situações
121 específicas, de alguns países específicos.” **Vice-diretor:** “No CO houve uma longa discussão,
122 principalmente com relação à Medicina. O ponto nevrálgico era esse. É que há uma distinção
123 entre a ideia de ‘*doctor*’ e ‘*doutor*’.” **Prof. Luís César Oliva:** “Eu acho que se fosse uma
124 questão de coorientação, eu acharia perfeitamente razoável. Haveria um orientador, que já teria
125 toda prática de pesquisa, que já teria passado por todo um processo. Agora, que alguém sem
126 doutorado possa ser integralmente responsável pela orientação, mesmo pensando em um caso
127 extremo como o do Umberto Eco, eu acho que é uma fronteira bem complicada que a gente
128 está abrindo. Não há destaque com relação à coorientação, ou é isso, ou é tudo. Não é isso,
129 Edélcio?” **Prof. Edélcio:** “Não, não há destaque para coorientação. Mas isso foi discutido, essa
130 questão da coorientação. A Medicina, por exemplo. A Medicina é realmente o ponto mais
131 complicado. Há professores que simplesmente são sumidades na área, que nos Estados Unidos
132 já orientam e que a gente poderia aproveitar. Mas, veja, ninguém está dizendo que essas
133 pessoas vêm aqui fazer isso ou aquilo. Não. Primeiro tem que haver interesse dos programas;
134 segundo tem que ter aprovação das CCPs; depois tem que ter aprovação da CPG e da
135 Congregação; depois tem que ter a aprovação de uma câmara específica da Pró-reitoria de Pós-
136 graduação e depois uma aprovação do Conselho também. Então, essa é uma questão de
137 interesse, de política acadêmica e de qualquer forma essa é a posição da CPG.” **Profa. Evani**
138 **Viotti:** “Com relação ao item 2, que é a obrigatoriedade da proficiência em Língua Portuguesa
139 para alunos estrangeiros, isso é para ingresso no processo seletivo? Porque o meu programa
140 marcou que isso seria feito na véspera da qualificação.” **Prof. Edélcio:** “O regulamento não vai
141 regular isso.” **Prof. André Singer:** “Boa tarde a todas e a todos, eu agradeço muito ao Prof.
142 Edélcio por ter feito esse relato e sobretudo o trabalho na comissão de deliberar sobre esses
143 pontos, mas eu penso que a Congregação tem que deliberar, porque essas são as indicações do
144 Conselho de Pós-graduação. Agora, a Congregação precisa dizer o que ela pensa sobre esses
145 pontos, para que a gente possa votar no próximo Conselho. Então, eu tenho algumas coisas a
146 dizer, mas eu acho que você deveria abrir a questão para a Congregação.” **Vice-diretor:** “Eu
147 concordo com você, André. Essa é uma posição que deve ser da Congregação, está indicado
148 que deveria ser discutido aqui, então me parece que para que você possa fazer a defesa de uma
149 posição da Congregação, é necessário que a Congregação se coloque. Então, nesse sentido, se
150 todos estão esclarecidos, há duas possibilidades: ou a gente faz em bloco, aceitando ou
151 recusando o parecer da CPG, ou seja, a posição da CPG; ou a gente em parte aceita e aponta
152 quais são os destaques que a gente vai fazer a esse posicionamento da CPG.” **Prof. Luís César**
153 **Oliva:** “Eu não sei se estou enganado, mas me parece que o único ponto realmente complicado

A T A S

154 é o último. Então com relação aos pontos 1 a 5, ninguém teria nada contra em seguir pura e
 155 simplesmente a decisão da CPG.” **Prof. Edécio:** “Na CPG, o ponto 2 foi discutível.” **Prof.**
 156 **Luís César Oliva:** “Não, eu entendo, mas eu não vi aqui muita reação tirando essa da Profa.
 157 Evani, que me parece razoável, isto é, que se tenha até o momento da defesa para fazer a prova
 158 de proficiência em Língua Portuguesa me parece uma medida razoável. Agora, para o sexto
 159 ponto, que a gente pudesse fazer uma discussão específica. Eu, pessoalmente, já coloquei a
 160 minha restrição. Eu não sei se tem outros colegas que se encontram na mesma situação.” **Vice-**
 161 **Diretor:** “Então eu abro ao plenário e pergunto rapidamente se todos concordam com a
 162 proposta do Prof. Luís e, caso concordem, a gente pode passar para a aprovação ou não dos
 163 pontos de 1 a 5, e em seguida para a discussão sobre o ponto 6. Ou temos outros destaques?”
 164 **Prof. André Singer:** “Só uma questão de ordem, Prof. Paulo. O senhor estava na última
 165 reunião do Conselho, certo? Em que o representante da Congregação foi o Prof. Wagner. Sendo
 166 assim, você poderia nos situar em relação ao debate que ouvi lá? Porque eu estou um pouco
 167 preocupado que nós tomemos posições sem essa informação.” **Vice-diretor:** “O que houve na
 168 verdade, André, é o seguinte: não houve nem sequer o debate. Como você conhece da prática
 169 de lá, que é a “prática do trator”, as pessoas apresentavam um óbice qualquer a alguns dos
 170 parágrafos – justificando porque era contra ou a favor - e isso simplesmente ficava como
 171 destaque para ser encaminhado às instâncias legais. Então, quer dizer, não houve um grande
 172 debate e sim defesa de posição. Houve, por exemplo, a defesa na questão da ausência de
 173 titulação. Me lembro muito bem dos professores da Medicina fazendo uma defesa incisiva a
 174 esse respeito. Lembro-me também, quanto à questão da unificação do profissionalizante e do
 175 acadêmico, que um professor da Engenharia fez uma defesa intransigente em que considerava
 176 que isso descaracterizaria a singularidade, por exemplo, do mestrado profissionalizante e do
 177 doutorado profissionalizante unindo-os no mesmo título, argumentando que não que viesse a
 178 prejudicar o conteúdo, mas que a união por si só poderia produzir algum efeito de similaridade
 179 que não seria conveniente. A questão dos 180 dias eu já coloquei aqui. Quanto à questão do
 180 Prof. Wagner, houve uma refutação por parte do Prof. Carlotti, que é o nosso Pró-Reitor de
 181 Pós-Graduação, dizendo que as Unidades que não concordassem, poderiam simplesmente agir
 182 da forma que sempre agiram, quer dizer, não haveria um impedimento para os que não
 183 fizessem uma prova de proficiência em Língua Portuguesa. Porém, o Prof. Wagner defendeu
 184 seu posicionamento dizendo que, por uma questão de reciprocidade, como todos os nossos
 185 alunos são obrigados a fazer uma prova de proficiência quando vão para fora, da mesma forma
 186 aqueles que vem estudar aqui também deveriam fazer. Foi essa a justificativa dada pelo Prof.
 187 Wagner. Quanto ao 5º destaque, sobre a licença paternidade, não houve nenhum
 188 questionamento, foi aceito integralmente pelo plenário. E por fim, teve a questão deste último
 189 destaque, que foi a questão de muitas áreas não compreenderem que havia singularidades em
 190 determinados cursos e que cabia, para essa área específica, uma possibilidade de orientação
 191 sem o diploma de Doutorado. Então, basicamente, a discussão que foi realizada foi essa, não
 192 teve grandes debates, mesmo porque foi extensíssima a sessão relativa a esse item de pauta. A
 193 gente começava às 14h00 e isso se estendeu pelo menos até às 19h00. Então foi duro, porque
 194 foi lido ponto a ponto todo o regimento e foram sendo feitos os destaques. É isso.” **Prof. André**
 195 **Singer:** “Eu agradeço. Estou de acordo, então, com a proposta do Prof. Luís, de aprovarmos em
 196 bloco de 1 a 5 e discutirmos o 6.” **Vice-diretor:** “Então, agora, para facilitar ainda mais, eu
 197 gostaria de uma inscrição a favor e uma contra ao destaque 6, para que a gente possa se sentir
 198 mais a vontade. Tudo bem assim? Quem é a favor da manutenção do destaque 6 e quem é
 199 contrário à supressão?” **Profa. Maria Clara Paixão de Sousa:** “É só uma questão antes de a
 200 gente votar, só queria ter clareza de um ponto que, desculpa, para mim não ficou claro. Eu
 201 estou entendendo que só a obrigatoriedade do diploma é obrigatória, certo? Ou seja, na maioria
 202 dos outros pontos, cada Comissão de cada Unidade vai poder mudar, como disse a Elisabetta.”
 203 **Profa. Elisabetta:** “Sim, quanto ao item 2, suprimir a flexibilização significa que todos os
 204 alunos de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo terão em algum momento que fazer

A T A S

205 uma prova de proficiência em Português.” **Profa. Maria Clara Paixão:** “Fora esse ponto, em
 206 todos os outros pontos, cada Comissão de Pós de cada Unidade vai poder mudar, certo? Vai
 207 poder não ter os 180 dias para entregar o diploma, etc? Esse é o único que amarra realmente,
 208 certo?” **Profa. Elisabetta:** “Sim, sim, porque o que o regimento permite, um regulamento ou
 209 um regimento de Faculdade, de Unidade, pode não permitir.” **Profa. Maria Clara Paixão:**
 210 “Então está certo o que eu entendi, de que só a obrigatoriedade do diploma é obrigatória. Antes
 211 de a gente votar, é importante saber isso.” **Vice-diretor:** “Continuando o encaminhamento,
 212 então, eu quero saber se alguém encaminha contra a decisão da CPG no item 6. Você já
 213 encaminhou, não é Prof. Luís? Deixa eu ver se eu entendi, se eu estou esclarecido: você fez o
 214 adendo de que aceita que seja dessa maneira contanto que tenha a presença de um orientador,
 215 certo?” **Prof. Luís César Oliva:** “Eu pessoalmente seria contra, a não ser que se inserisse a
 216 figura do coorientador, o que não é possível. Então eu pessoalmente sou contra.” **Vice-diretor:**
 217 “Alguém faz a defesa do “a favor”?” **Prof. Tércio Loureiro Redondo:** “Eu queria um
 218 esclarecimento em relação ao profissional e acadêmico. Em algum momento foi falado que
 219 haveria uma junção, que o título seria único. É isso mesmo? Quer dizer, não tem mais
 220 caracterização nenhuma?” **Vice-diretor:** “Não é o título do diploma, é o título da peça
 221 jurídica.” **Prof. Edélcio:** “Deixa eu dar um exemplo: o mestrado acadêmico tem tais e tais itens
 222 a serem cumpridos. Disso tudo, 80% o mestrado profissional também tem. No regulamento,
 223 você tinha um outro item com um outro artigo quase idêntico, e com diferenças específicas no
 224 final. O que a gente fez? Juntou e declarou as diferenças específicas depois.” **Prof. Tércio:**
 225 “Está esclarecido, obrigado.” **Prof. André Singer:** “Eu estou, na verdade, próximo da posição
 226 do Prof. Luís, mas eu só queria usar a palavra para dizer que me parece que realmente a gente
 227 deveria considerar essa questão. Há um argumento, pelo que eu entendi, dos colegas da
 228 Medicina de que eles precisam dessa flexibilidade. Agora, da maneira como está redigido, eu
 229 tenho a impressão, Prof. Edélcio, que na verdade “abre-se a porta” para tudo. E no nosso caso
 230 aqui da Faculdade de Filosofia, eu estou bastante inclinado a achar que não é bom. Então, por
 231 mais respeito e apreço que eu tenho pelas reivindicações dos colegas da Medicina, da maneira
 232 como está redigido, eu acho que a gente deveria votar contra, não a favor.” **Prof. Álvaro de**
 233 **Vita:** “Da forma como está redigido, abre realmente ou a alteração seria no sentido de que cada
 234 Unidade vai regulamentar da sua forma?” **Prof. Edélcio:** “A minha percepção é a seguinte: se
 235 no regimento houver essa possibilidade como possibilidade para a Universidade, eu não vejo
 236 problema de nos regulamentos das Faculdades essa “porta” ser fechada. É diferente do item 2,
 237 em que se obriga que todos façam o exame de proficiência. Então não tem como um
 238 regulamento liberar essa obrigação, porque se está obrigando. No sexto é o contrário. Então eu
 239 penso que as Faculdades que precisam de alguma maneira regulamentar isso, devem tomar a
 240 decisão que quiserem. Se a gente achar que isso está muito aberto, podemos tomar uma outra
 241 decisão. E eu repito: não é que o professor chega aqui e diz: “quero orientar”, e a CCP
 242 (Comissão Coordenadora de Programa) ou a CPG diz: “pode”, “não pode”. Não, tem processo,
 243 tem pareceres em todas as instâncias como normalmente se tem. Eu acho que do jeito que está
 244 sendo proposto pelo Conselho de Pós-Graduação, você faz uma regra que resolve problemas
 245 daqueles programas, daquelas Faculdades que talvez precisem de alguma maneira desse
 246 dispositivo, e as Faculdades que assim desejarem podem “fechar a porta” nos seus respectivos
 247 regulamentos. Essa é a percepção que eu tenho. Porque a gente vai ter que refazer os
 248 regulamentos depois. Tanto do setor de Pós-Graduação quanto dos Programas. Mudou um
 249 monte de coisa, não foi só isso que mudou. A história do presidente da banca não ser membro
 250 da banca, essa confusão toda, não tem mais validade, pode voltar ao que era antes. Então a
 251 gente vai poder fazer modificações agora de acordo com o novo regimento. A minha posição é
 252 que eu não vejo problema de você manter essa regra para a Universidade e as Faculdades que
 253 assim desejarem, “fechem a porta” nos seus regulamentos. Essa é a minha percepção.” **Prof.**
 254 **Luís César Oliva:** “Via de regra, eu sou favorável a que haja uma certa liberdade para que
 255 cada Unidade, cada Programa tenha as suas escolhas, mas esse caso me parece um pouco

A T A S

256 sensível. A atividade de destaque no mercado não obrigatoriamente é a atividade de destaque
257 no terreno da pesquisa, e quando nós ‘abrimos essa porta’, ainda que com muitas
258 especificações, existe uma chance grande de forças de mercado começarem a impor pressões
259 para conseguir a entrada também no nosso setor acadêmico. Então eu acho que tem um fator aí
260 que não é totalmente desprezível. Como eu disse, eu acho que a solução ideal seria a ideia do
261 coorientador. Até seria possível que, por exemplo, um grande cirurgião desse um curso de viés
262 mais técnico, por exemplo, na Pós-Graduação e coorientasse trabalhos, mas ele ser o orientador
263 pleno, eu acho um pouco complicado.” **Prof. Álvaro de Vita:** “Eu gostaria de encaminhar a
264 favor da posição da CPG, de flexibilização, pensando em nós não criarmos obstáculos para
265 aquelas unidades que desejarem fazer isso. Eu penso que isso possa ser o caso de Medicina, de
266 Engenharia, parece que de Música também, em que há pessoas de alta qualificação profissional
267 que não iriam se sujeitar a só trabalhar na Universidade na condição de coorientador, de se ter
268 alguém que se responsabilize formalmente pela disciplina ou pela orientação, enfim. Mantendo
269 a possibilidade de nós regulamentarmos isso internamente.” **Prof. André Singer:** “Eu só queria
270 chamar a atenção que a professora que fez o destaque, que eu acho que nós devemos apoiar,
271 contrário à posição da nossa CPG nesse caso, foi a Profa. Ana Lanna da FAU - que conhece
272 bastante esses assuntos e tem uma experiência larga no Conselho Universitário. Eu não
273 conversei com ela, mas eu quero crer que, se ela está propondo que deveria ser apenas para os
274 Mestrados Profissionais, a gente deveria acatar essa medida. Porque, de fato, ao abrir a
275 possibilidade, nós estamos dizendo que isso é algo a ser incentivado. Não são casos
276 excepcionais. Quer dizer, na verdade Prof. Edécio, quando você cria essa regulamentação, que
277 vai ser sujeita a todos esses filtros, nós sabemos que uma vez aberta a possibilidade, isso em
278 muitos casos vai passar rapidamente, de modo que, do ponto de vista acadêmico, me parece que
279 não será favorável. Eu gostaria de ter podido participar para propor uma terceira redação que
280 permitisse, em casos excepcionais, o concurso, o auxílio de notórios especialistas, mas que isso
281 não ‘abrisse a porta’ para outras modalidades como foi mencionado pelo Prof. Luís.” **Vice-**
282 **diretor:** “Então pergunto: quanto à primeira parte da votação, de 1 a 5, votamos a favor da
283 posição da CPG, é isso? Certo, estão todos de acordo. APROVADO. Por unanimidade de 1 a 5
284 de acordo com a posição da CPG. Agora o item 6. A posição da CPG seria aceitar a redação
285 original do projeto e aqui está surgindo a possibilidade de nós acatarmos a modificação
286 proposta pela Profa. Ana Lanna da FAU. É isso? Então vamos colocar assim: quem é a favor da
287 posição da CPG, levante o braço. 14 votos a favor da posição da CPG. Agora, quem é contrário
288 à posição da CPG, levante o braço. 14 votos contrários à posição da CPG. Como eu também
289 votei e o meu voto foi o de empate, nesse caso eu acho que é abstenção, certo? Porque
290 empatou. Então o Prof. André não vai votar nem a favor nem contra o destaque no CO, ele vai
291 se abster.” O sr. **Vice-diretor** colocou em votação os itens 1 a 5 dos destaques, sendo estes
292 **APROVADOS** por unanimidade. Em seguida, passou para a votação sobre o posicionamento
293 da CPG quanto ao item 6 dos destaques. Como resultado, obteve-se 14 VOTOS
294 FAVORÁVEIS e 14 VOTOS CONTRÁRIOS. Com o resultado de empate, a Congregação
295 deliberou pelo voto de **ABSTENÇÃO** do representante da Congregação, Prof. André Singer,
296 no Conselho Universitário, na próxima sessão a ser realizada. 3 - PROPOSTA DA DIREÇÃO
297 PARA CRIAÇÃO E CONCESSÃO DA “MEDALHA DE HONRA DA FACULDADE DE
298 FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS”. Acompanhando o estabelecido na
299 Resolução nº 5477, de 02 de outubro de 2008 que institui a Medalha “Armando de Salles
300 Oliveira” e regulamenta a sua concessão, em seu Parágrafo único do artigo 1º que diz:
301 “Mantendo os mesmos princípios e procedimentos, as Unidades poderão estabelecer dignidades
302 similares no âmbito das suas Congregações”, esta Direção propõe a criação da MEDALHA DE
303 HONRA PROF. FERNANDO DE AZEVEDO. Neste sentido e tendo a aprovação da
304 Congregação desta Unidade em 17 de novembro de 2016, para concessão do título honoris
305 causa da USP ao Prof. Dr. Alfred C. Stepan, indica para homologação da Congregação o nome
306 do Prof. Dr. ALFRED C. STEPAN, in memoriam, para receber a MEDALHA DE HONRA

A T A S

307 PROF. FERNANDO DE AZEVEDO. **Prof. Álvaro de Vita:** “Sobre o prêmio ao Professor
308 Stepan: “Partindo de uma sugestão do Professor Paulo Sérgio Pinheiro de que o Departamento
309 de Ciência Política encaminhasse o pedido à concessão do título de Professor Honoris Causa da
310 USP, para o Professor Alfred Stepan, tanto pela importância dele em Ciência Política mundial,
311 como também pelo papel extremamente importante que desempenhou para a Ciência Política e
312 a Sociologia brasileira e latino-americana. O Professor Stepan é responsável pela criação de
313 centros de estudos brasileiros e latino-americanos, em pelo menos três grandes universidades
314 do mundo: Yale, Columbia e Oxford. Isso somente para citar algumas coisas. Esse pedido foi
315 aprovado no Conselho do Departamento, veio para a Congregação, mas não foi votado como
316 título de emérito, a Congregação só tinha que se manifestar sobre a aprovação do
317 encaminhamento do pedido ao CO. E infelizmente, há algumas semanas atrás, a reitoria nos
318 procurou para dizer que não ia colocar em votação, porque os professores Honoris Causa da
319 USP são pouquíssimos, enfim, objeções pouco consistentes. Então ficou no ar o que nós
320 faríamos. E nesse meio tempo, infelizmente, o Professor Alfred Stepan acabou falecendo no dia
321 27 de setembro. Eu vejo com muito bons olhos essa iniciativa da Direção da Faculdade de criar
322 uma honraria, uma dignidade para existir de forma permanente na Faculdade, mas que
323 começaria por ser atribuída exatamente ao Prof. Alfred Stepan.” **Vice-diretor:** “Aqui estamos
324 diante de um caso, que acho que vale a pena que todos nós reflitamos antes de qualquer
325 votação, que é o sentido da posição da nossa Faculdade em relação a decisões que são alheias à
326 nossa vontade. Acho que esse é o primeiro ponto. A partir do momento em que esta
327 Congregação encaminha o pedido de concessão de título de Doutor Honoris Causa para a
328 administração central e ela se recusa a colocar em pauta, parece que esse é um ato que talvez
329 mereça algum tipo de reação nossa. Nesse sentido, conversando com a Profa. Maria Arminda,
330 conversando com a Rosângela, a gente encontrou uma solução interessante, que pode ser
331 utilizada em outros momentos, e eu acho que a gente deve também usar com uma parcimônia
332 razoável, dentro daquilo que nós consideramos ser digno de se usar em ocasiões especiais. Essa
333 dignidade seria oferecida a pessoas que têm trabalhos relevantes dentro e fora das
334 Humanidades, do ponto de vista daquilo que realizam ou academicamente ou dentro da
335 sociedade, e que esta Congregação e esta Direção possam oferecer a essa pessoa uma dignidade
336 que seja compatível com a nossa estatura. Então, é nesse sentido que nós criamos essa medalha,
337 tendo em vista a abertura de uma regra possível na Resolução nº5477, que cria a medalha
338 “Armando Salles de Oliveira”, que nos informa que cada unidade pode criar a sua dignidade.
339 Nesse caso, como não tínhamos uma possibilidade de dignidade, estamos criando uma dupla
340 possibilidade: o encaminhamento desse pedido de criação dessa medalha, seguido da
341 aprovação, desta mesma Congregação, da concessão da primeira medalha ao Prof. Stepan. É
342 nesse sentido que eu encaminho em nome da direção, e também em nome do Departamento de
343 Ciência Política, primeiro a criação e depois a concessão da medalha. Acho que estão todos
344 esclarecidos a respeito.” **Prof. Tércio:** “ Eu só estranhei um pouco a denominação ‘medalha de
345 honra’, a mim não faz muito sentido. Deveria se chamar medalha Prof. Fernando de Azevedo, é
346 honra ao mérito, sei que isso está implícito, mas medalha de honra é um termo que me parece
347 um pouco esquisito. Eu sugeriria que ficasse como medalha Prof. Fernando de Azevedo.” **Vice-**
348 **diretor:** “A gente pode fazer esse reparo sem problema nenhum. Agora, pergunto a esta
349 Congregação se há alguém contra a criação desta dignidade acadêmica pela Faculdade de
350 Filosofia? Pergunto a esta Congregação se alguém se opõe à concessão dessa primeira medalha
351 ao Prof. Alfred Stepan, *in memoriam*? A criação e a concessão da medalha foram
352 APROVADAS por unanimidade, com o adendo do Prof. Tércio.” **Profa. Evani:** “E o que será
353 dirigido ao CO para reclamar desse absurdo?” **Vice-diretor:** “O mínimo que a gente pode fazer
354 é se pronunciar: ‘achamos um absurdo que essa questão não seja colocada em pauta. Acho que
355 isso pode ser feito em conjunto com a informação de que a Faculdade criou essa dignidade e
356 concedeu, à revelia, ao professor.” 1 - MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE SOBRE O
357 DOCUMENTO CONTENDO ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO

A T A S

358 PROJETO ACADÊMICO INDIVIDUAL DOCENTE. **Vice-diretor:** “Nós estamos
359 trabalhando em cima da indicação do CAD para que déssemos as nossas contribuições a
360 respeito da questão das atividades acadêmicas em torno de 7 pontos fundamentais: ensino de
361 graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa, orientação de trabalhos de graduação e pós-
362 graduação, extensão e cultura, outras pertinentes à área de atuação docente e funções de gestão
363 universitária. Ou seja, nós teríamos que, a partir de hoje, encontrar uma sistematização possível
364 a partir das discussões realizadas nos departamentos para essas questões. Relembrando aquilo
365 que foi dito na última Congregação, em que fizemos um pedido à CAD para a extensão do
366 prazo, quero dizer a todos que foi concedido o prazo até amanhã. Nós pedimos e foi concedido,
367 o que já é alguma coisa. Então nos ouviram e nos atenderam. Ainda que pudessem ter dado um
368 prazo maior, mais dilatado, não foi dado, mesmo sabendo que esta questão vai se prolongar
369 pelo primeiro semestre do ano que vem, segundo as informações. Então aqui temos várias
370 possibilidades de dinâmicas. A gente pode, a partir de discussões já realizadas, formalizadas e
371 entregues à mesa – são elas do DLM e DLO –, visualizar essas contribuições nos telões. Essa é
372 uma primeira possibilidade: trabalharmos com esses dois documentos iniciais e, cada um de
373 nós, por nossos departamentos, darmos as nossas contribuições de forma a unificar a partir
374 desses dois documentos já fixados. Quero lembrar também que não podemos criar elementos
375 que engessem demais a nossa ação. Precisamos entender, e esse é um discurso que a Profa.
376 Maria Arminda e eu mesmo temos feito sistematicamente, essa Faculdade como uma unidade.
377 Como uma Unidade que deve pensar no seu conjunto e nos seus cursos, entendendo que nossas
378 interações devem ser mais frequentes e densas. Ou seja, de que deva haver realmente uma
379 interação entre os nossos cursos, afim de que isso possa ser tido como uma unidade concreta,
380 real. É isso que nós defendemos como direção. Nesse sentido, qualquer tipo de diretriz tem que
381 ser considerada tendo em vista a nossa diversidade. Parece que esse é o essencial. Sem,
382 naturalmente, que essas diretrizes gerais firam em algum momento as especificidades. Então é
383 um trabalho complexo. Nesse sentido, eu peço atenção a todos, que guardem o *pathos*, os
384 excessos e as paixões, para mais tarde. Agora vamos tentar encontrar alguma coisa que esteja
385 no âmbito do meio termo, da justa medida, daquilo que seria razoável para todos os 11
386 departamentos e para os 5 cursos. Parece que esse é o nosso ponto inicial. Pergunto à
387 Congregação se acham que esta metodologia de observarmos os dois projetos, as duas
388 contribuições, do Departamento de Modernas e do Departamento de Orientais, se isto é
389 razoável para todos, ou se há alguma outra metodologia que seja mais satisfatória. É uma
390 pergunta, estou questionando esta Congregação. Alguém gostaria de se colocar?” **Prof. Luís:**
391 “Quando surgiu esta discussão na última Congregação, eu não havia recebido esse documento
392 da CAD, eu imaginei que fosse um documento bem mais detalhado como o da CAI. Naquele
393 outro texto, havia mais a corrigir. Esse me parece de tal maneira genérico, que qualquer
394 especificação que nós façamos não caiba no que eles estão chamando de orientações gerais. Eu
395 dei uma olhada no documento do DLM, que eu acho que vai ser uma boa base para a gente
396 discutir posteriormente o nosso projeto acadêmico. Mas parece que, nesse caso das orientações
397 gerais, nós só deveríamos acrescentar alguma coisa se nós acharmos que esses sete itens
398 genéricos não abrangem alguma atividade importante da nossa Faculdade. Se não abrangem, aí
399 sim podemos criar um novo item. Mas, por exemplo, nós temos aqui o detalhamento do DLM:
400 criação e elaboração de novas disciplinas, promoção de atividades interdisciplinares. Tudo isso
401 é um grau de especificação que parece não caber nessas orientações muito genéricas. Porque
402 eles estão ‘abrindo a porteira’ inicialmente e nós estaremos fechando?” **Vice-diretor:** “Esse é
403 meu receio. Na verdade, o que eu acho que nós devemos ter claro, é que qualquer coisa que nós
404 acrescentemos nós seremos cobrados disso com juros e correção monetária. Na verdade, eu
405 concordo com a sua posição, Luís, acho que o fato de ser sucinto é muito bom, mas também
406 temos que pensar pelo outro lado: que o fato de ser extremamente amplo, possa nos colocar em
407 alguma arapuca posterior, que seja perigosa para as nossas atividades. Porque quando a gente
408 abre demais, isso serve para que entre qualquer coisa depois. Não sei se vocês me entendem.

A T A S

409 Então, acho que devemos encontrar um meio termo, ou seja, a discussão de cada um dos sete
410 pontos, tendo em vista algumas especificidades mais amplas nossas, que partem do princípio
411 geral nosso que é a defesa intransigente do RDIDP. Acho que esta é a nossa questão. Ou seja,
412 qualquer porteira que a gente abra para a possibilidade de um outro tipo de contratação
413 privilegiada, pode afetar duramente as nossas atividades aqui dentro. Então, parece que temos
414 que trabalhar esses dois universos. Não sei, estou abrindo a discussão e é para isso que essa
415 Congregação foi chamada.” **Prof. Lenita Maria Rimoli Esteves:** “O que o DLM trouxe foram
416 somente dois itens, e é claro que isso foi pensado dentro do âmbito do DLM, mas um dos itens
417 é uma defesa bombástica do RDIDP, acho que esse é o ponto que seria mais importante. A
418 outra é uma possibilidade das várias atividades que um professor poderá desempenhar, e a
419 gente tentou fazer uma coisa bem ampla e explicando uma não-obediência cega à CAPES e
420 àquelas coisas todas. Enfim, foi uma tentativa a partir do que a gente conseguiu trabalhar. Não
421 sei em que medida dá para encaixar isso para a unidade toda, mas principalmente, o que acho
422 importante, é a defesa do RDIDP.” **Profa. Safa Alferd Abou Chahla Jubran:** “Quando houve
423 essa discussão toda eu estava de licença, mas voltei antes e, portanto, a gente fez algumas
424 considerações que podem encaixar no item 6, onde fala: outras pertinentes. E a gente entendeu,
425 na plenária do nosso Departamento, que seria importante colocar aqui, que o professor gostaria
426 de ser avaliado segundo isso, é isso que chegou para mim e que eu deveria dizer. E colocamos
427 aqui algumas coisas. Não sei se há interesse em mostrar, mas são vários itens. Para nós não é
428 tão importante publicar numa revista como a CAPES também sugere, que é a EP, mas publicar
429 numa revista acadêmica que tenha um conselho editorial acadêmico e também capítulos de
430 livros, coisa que não é muito considerada aqui. Para nós isso é importante.” **Vice-diretor:** “E
431 parece que esse ponto, por exemplo, vai de encontro exatamente ao que propõe o DLM, quando
432 vai falar na questão da pontuação estabelecida para cada item. Acho que são duas ponderações
433 interessantes. Essa primeira, que a Lenita faz, a respeito desse princípio norteador das nossas
434 ações, que é a defesa do nosso regime preferencial, parece ser um ponto em que devem constar
435 todos projetos de todos os departamentos e de todos os cursos. Concordam comigo ou há algum
436 óbice? Há algum interesse contrário, por exemplo, em algum curso ou departamento em que
437 não seja esse o regime de trabalho preferencial, ou eu estou certo de que para todos isso é
438 absolutamente correto? Certíssimo. Então, parece que esse é o nosso ponto inicial de discussão.
439 Pergunto também a posição dos outros chefes ou os representantes de departamento, aqui
440 presentes.” **Profa. Ana Paula Torres Megiani:** “Boa tarde a todas e todos, eu não sou chefe de
441 departamento, o meu chefe, o Prof. Oswaldo Coggiola, está fora do Brasil num evento sobre os
442 100 anos da Revolução Russa e a vice-chefe Profa. Sara Albiere está em uma banca e eu sou
443 representante do departamento na Congregação. Nós já tínhamos discutido, porque alguns
444 professores receberam o e-mail, que eles passaram para a chefia, e nós tivemos uma reunião no
445 dia 11 de outubro em que essa discussão foi feita. Nós não enviamos um documento oficial,
446 porque só tínhamos uma sugestão de pontuação. Certamente deveríamos ter enviado esse
447 documento por escrito, mas acabamos nos desorganizando e isso não foi feito. No
448 Departamento de História a nossa proposta é suprimir o ponto 6 – outras pertinências/áreas –
449 pensamos que não necessidade desse ‘outras’. Porque as outras pertinências já estão
450 contempladas nas especificidades dos outros itens. E pensamos que deva ser pontuado, fizemos
451 a proposta de pontuação: ensino de graduação 2.5, ensino de pós-graduação 2.5, pesquisa 2.5.
452 O item 4 - 1 ponto. O item 5 – 0,5 ponto. O item 7 – 1 ponto. Foi apenas essa a sugestão do
453 Departamento. Caso vocês considerem que devamos entrar na discussão sobre pontuação, então
454 eu repito o que a gente tocou. Então a nossa sugestão era essa, justamente para que não
455 houvesse nenhum tipo de engessamento ou restrição ao que possa vir a ser. Eu só queria
456 acrescentar que eu estive nas reuniões da FAU, com os representantes da CAD e da CAI. E nós
457 percebemos que a CAD demorou um pouco mais para soltar esse documento, a CAI foi um
458 pouco mais rápida. Então, por isso o prazo de 20.10 foi bem apertado, porque eles demoraram
459 para enviar essa documentação. A nossa proposta é essa e também estamos abertos a incorporar

A T A S

460 sugestões dos outros departamentos.” **Profa. Evani:** “O DL, como todos aqui, também enfatiza
 461 a importância do RDIDP, e acho que a contribuição que a gente pode dar é no sentido de
 462 flexibilizar esses pesos. Usamos uma tabela padrão para cada um desses itens, seguindo a
 463 sugestão do DLM de atender aos critérios de avaliação usados na progressão horizontal – como
 464 tínhamos combinado aqui na Congregação. Então, na tabela padrão pesquisa tem peso 2,
 465 docência tem peso 4, orientação tem peso 2, extensão tem peso 1 e gestão tem peso 1.
 466 Gostaríamos de propor que houvesse uma flexibilização disso, quando alguém quisesse
 467 enfatizar a gestão. Então, no caso de um professor que é chefe de departamento ou coordenador
 468 de pós-graduação, teríamos: pesquisa peso 2, docência peso 3, orientação peso 2, extensão peso
 469 1 e gestão peso 2 e não 1. Então, 1 ponto da docência seria tirado e acrescido à gestão. E a
 470 mesma coisa quando houvesse saída para pós-doc: pesquisa peso 3, docência peso 3, orientação
 471 peso 2, extensão peso 1 e gestão peso 1. A pontuação seria mudada quando o professor
 472 assumisse cargo de gestão, ou saísse para pós-doc.” **Prof. Waldir Beividas:** “Na reunião foi
 473 discutido o porquê dessa demanda de se fazer não uma tabela única de pontuação, mas 2, 3 e
 474 até mesmo 4, isso é porque como se trata de um projeto individual do professor, ao longo dos
 475 próximos 5 anos. Então ele tem uma previsão do que vai acontecer na sua vida acadêmica. Se
 476 ele está designado, pelo programa, a assumir uma função de gestão que lhe vai tomar 2 anos,
 477 nos quais ele vai prejudicar um pouco a pesquisa e a docência, etc., ele poderia escolher para a
 478 sua avaliação, daqui 5 anos, tabela B e tabela A. Se ele vai sair em pós-doc que vai prejudicar o
 479 ensino, então ele escolheria uma outra tabela que contemple um pouco melhor aquilo que ele
 480 está projetando como atividade principal. Há professores que são muito vocacionados ao ensino
 481 e têm uma certa dificuldade de produzir *papers* com essa frenética produtividade que a CAPES
 482 nos demanda, ele será sempre o prejudicado, porque se dá uma pontuação grande para
 483 pesquisa. Então isso daria 3 ou 4 possibilidades de adequar a tabela de pontuação ao perfil do
 484 projeto individual do professor.” **Vice-diretor:** “Isso foi exatamente o que nos disse o Prof.
 485 Leo Wetzels, na reunião de avaliação externa com os professores do curso de Letras. Ele nos
 486 disse: ‘Na minha Universidade nós propomos sempre uma ponderação dos valores de quanto
 487 você quer ser avaliado; então se eu quiser 70% para gestão, não tem problema nenhum, aí será
 488 10, 10 e 10% para as outras. Ou 50% para docência e os outros 50 divididos de outra forma.’
 489 Eu achei essa proposição, uma proposição muito interessante, porque você flexibiliza, você dá
 490 atenção a todos, naturalmente não podemos abrir mão completamente das possibilidades de
 491 ação, você não pode optar por ter 0% para alguma atividade, mas você pode reduzir a um
 492 número que seja bem tranquilo para se seguir. Então, se a pessoa se sente mais à vontade com o
 493 ensino de Graduação, por favor, não há nenhum mal nisso, muito pelo contrário, é necessário
 494 que tenhamos professores vocacionados para o ensino de Graduação. Há outros que são mais
 495 vocacionados na pesquisa e assim por diante. Eu acho que cada um pode realizar suas funções
 496 de acordo com os seus interesses e suas vocações. Então talvez o balizamento de nossas tabelas
 497 a partir de uma escala móvel de valores para quais itens você deseja focalizar a sua ação, seja a
 498 solução para que, primeiro: se esteja em acordo com alguma tendência internacional, o que para
 499 os burocratas de plantão é algo excepcional; e por outro lado, também atende a uma
 500 necessidade própria de cada um de nós. Parece que isso é bem razoável. Não sei o que vocês
 501 pensam.” **Prof. Álvaro de Vita:** “Nós não conseguimos fazer ainda uma discussão no
 502 Departamento. Tivemos a semana da ANPOCS, feriado, seleção de pós-graduação, enfim, mas,
 503 pelo que eu estou ouvindo aqui, eu viria com bastante simpatia isso que está sendo sugerido
 504 pelo Paulo Martins.” **Prof. Ruy Braga:** “Eu acompanho o Álvaro.” **Prof. Manoel Mourivaldo**
 505 **Santiago Almeida:** “Boa tarde. O que eu queria dizer é que a nossa posição no DLCV é que as
 506 especificidades virão depois. Eu concordo plenamente com o que o Luís disse, quer dizer, o que
 507 parece que a CAI/CAD está querendo saber é se nós concordamos com esses pontos, ou se
 508 queremos alterar alguma coisa nesse ponto. E essa ordem de 1 a 7, podemos imaginar também
 509 que isso seja uma prioridade: graduação - prioridade 1, etc. Porque as especificidades, como eu
 510 acho que está dito, inclusive naquela lista do CAI que nós discutimos aqui, essas definições

A T A S

511 ainda estão por vir. Quer dizer, definir essas especificidades de pontuação etc., será depois de
512 colocada uma decisão estabelecida pelas duas comissões que estão lá em cima. Por isso, acho
513 muito bem vinda a posição dos colegas, mas as especificidades, quanto vale uma coisa e outra,
514 acho que é depois, é um passo seguinte depois dessa definição estabelecida por essas duas
515 comissões. Por isso eu apoio o que disse o Luís e acompanho o que disse o Álvaro, apoiado
516 aqui pelo Ruy.” **Profa. Betina Bischof:** “Fizemos algumas discussões, também não muito
517 estendidas sobre isso, e há uma posição na Teoria Literária de tentar deixar o campo em aberto,
518 como algumas pessoas aqui levantaram. Eu concordo com o que você acabou de dizer, que essa
519 questão das pontuações pode ser deixada como uma ‘carta na manga’, mas imagino que em
520 algum momento - já que é um alinhamento do docente, do departamento, da unidade e da USP
521 em geral - talvez alguém vá falar, como consta desse documento: a adequação do perfil do
522 docente aos níveis de carreira etc. Imagino que essa adequação em algum momento vá conter
523 tabelas, orientações, no mínimo, de como fazer; se nós, concordando em não fechar muito as
524 determinações com pontuações, etc., não deveríamos levar um pouco a discussão para as
525 questões de difícil pontuação. Eu penso, por exemplo, nas pesquisas de longo fôlego que a
526 CAPES nunca consegue contabilizar, se não podíamos tentar induzir alguma coisa nesse
527 sentido, ou seja, fazer uma ‘não-pontuação’. Tentar abrir o flanco para as coisas não facilmente
528 mensuráveis e não facilmente contabilizadas em ponto, se vocês acham que isso é possível, se
529 deveríamos pensar alguma coisa nesse sentido. Porque às vezes eu penso na lentidão, que há
530 uma dificuldade de mensurar uma pesquisa de longo fôlego, e na verdade, é ali que mora um
531 pouco da qualidade. Então, como é que poderíamos pensar em algo assim. O medo é que se não
532 colocarmos nenhuma pontuação, eles coloquem de cima.” **Vice-diretor:** “Coloquem por nós, e
533 isso é um perigo.” **Prof. Tércio:** “Em primeiro lugar, não podemos perder do horizonte a
534 conjuntura em que estão chegando a CAD e a CAI. São duas estruturas de avaliação e controle,
535 que não estão vindo aqui nos ajudar e acho que não devemos nos submeter inteiramente à
536 lógica do processo. Temos que trabalhar aqui de alguma maneira contracorrente, para tentar
537 preservar o mínimo de liberdade de trabalho aqui na nossa Faculdade. Portanto, concordo com
538 os colegas que acham que estamos ‘colocando o carro na frente dos bois’, quando começamos a
539 querer discutir pontuação nesses itens, porque inclusive não há demanda de pontuação no
540 documento que foi encaminhado. Estamos nos apressando um pouco, estamos mordendo a isca
541 da orientação central. No nosso caso, no DLM, o que fizemos foi pontuar – mas claro que
542 provisoriamente, nem estamos apresentando isso como proposta agora –, porque consideramos
543 que isso, a produção bibliográfica, a parte da nossa produção, porque achamos que será
544 inevitável ter alguma forma de pontuação, a gente não consegue mais escapar disso. Mas isso é
545 coisa para um debate futuro. De qualquer maneira eu só acho que temos que tomar muito
546 cuidado com o andar aqui, para não nos atrapalharmos. Eu concordo inteiramente com o Luís,
547 no momento o que eles estão propondo é uma coisa absolutamente genérica, então vamos
548 aproveitar e nos manter dentro dessa generalidade, tentando garantir algumas salvaguardas e
549 depois, se pressionados, tivermos que enfrentar esse debate de pontuação, damos uma solução.”
550 **Profa. Elisabetta Santoro:** “Concordo que um dos grandes problemas do documento é o fato
551 de ser muito vago. E na verdade não nos dá diretrizes reais sobre o que está sendo pensado para
552 o nosso futuro. É claro que, como diz o Tércio, na conjuntura atual, não podemos esperar nada
553 de muito positivo. Mas talvez, pensando nas questões que foram colocadas, possamos
554 aproveitar esse momento para colocar aqui alguns princípios. O princípio do RDIDP poderia,
555 por exemplo, ser encaminhado como sugestão de algo que estaria já no documento inicial,
556 assim como, se todos acharem positivo, a questão da possibilidade de flexibilização do perfil.
557 Isso seriam princípios, não daríamos ainda pontuações. Ou talvez pudéssemos aproveitar para
558 dizer o que achamos mais importante: é o ensino de graduação? Talvez sem dar pontuações
559 precisas, já pudéssemos dizer algo que encaminhe em uma certa direção, para evitar que
560 depois, quando essas coisas venham, elas nos peguem de surpresa. Então, sem dar pontos, dizer
561 quais são as orientações, digamos.” **Profa. Evani:** “Eu gostaria só de lembrar que em um dos

A T A S

562 documentos, eu não me lembro exatamente qual, eles dizem que querem pontuação numérica.
563 Por isso nós utilizamos essa tabela padrão, que é a tabela da progressão horizontal. Então ela é
564 uma tabela já votada por nós, ela não é nova, e a contribuição do DL é somente no sentido de
565 dizer, como disse bem o Waldir, nos 5 anos de avaliação, se a gente tiver que assumir cargo de
566 gestão ou se a gente for fazer um pós-doc, que a gente flexibilize essa pontuação. Então, nada
567 disso que o Departamento de Linguística trouxe aqui é novo, a não ser a questão da
568 flexibilização, e foi uma mera sugestão. Agora, a gente não vai escapar da pontuação, a não ser
569 que a gente não siga totalmente o que eles estão pedindo, aí é outro assunto, e eu não tenho
570 nada contra isso, podemos nos rebelar. E eu queria aproveitar para entender qual a motivação
571 da História para ter sugerido a exclusão do item 6 – outras atividades pertinentes à área de
572 atuação.” **Profa. Maria Clara Paixão:** “Eu concordo, eu acho a ideia de flexibilização dos
573 pesos, e não só ela, mas de ser decidido pelo docente, algo fundamental. Mas eu acho que eu
574 tinha entendido diferente, então vocês me esclareçam se eu estiver errada. A minha leitura
575 desse documento foi de que toda essa questão de pontuações, critérios, etc., não só são depois
576 como não são dessa instância. Eu entendi que isso é na instância da Câmara de Avaliação
577 Institucional. O que eu entendi desse documento é: que o docente, para fazer o seu projeto, tem
578 que considerar o que está no projeto do Departamento. Eu acho que essa discussão, que eu acho
579 fundamental, de pontos, de peso, etc., é nessa outra instância. Eu entendi que isso é só uma
580 orientação geral, mas que as especificidades de ponto são na outra instância. Então eu acho
581 interessante o que você falou, Elisabetta, quer dizer, aqui vir alguns princípios e tudo, e eu
582 concordo com quem falou que isso aqui é geral e deve ser geral, mas mais do que isso, eu acho
583 que a especificidade não é aqui depois, eu entendi que é na outra instância, certo?” **Vice-**
584 **diretor:** “Me pareceu isso também. E esse é o nosso medo, na verdade.” **Profa. Safa Jubran:**
585 “Exatamente por causa disso, Paulo e colegas, que eu acabei falando sobre os detalhes, que eu
586 iniciei e não terminei por serem muitos dentro exatamente do item que vocês queriam excluir,
587 pois eu não achei um item onde colocá-los, eles não entram em nenhum desses aí, por isso que
588 coloquei dentro das outras pertinentes. E eu achei que não era o momento hoje de falar sobre
589 pesos, não sei se essa é a instância ou não é, isso eu não sei, vocês que tem que dizer, mas eu
590 não sei. Mas era para discutir essas coisas, como é que o nosso Departamento entende que o
591 professor deva ser avaliado, segundo o quê, o que é importante para ele. Por isso que
592 trouxemos isso para cá, porque imaginei que era isso que seria discutido. Apenas gostaria de
593 deixar isso claro.” **Prof. Luís César Oliva:** “Só para informar que no caso do Departamento de
594 Filosofia, a gente não chegou a discutir isso em reuniões de Departamento, foram umas
595 semanas complicadas. E também eu cheguei a conversar isso com o Prof. Repa, na véspera da
596 reunião, quando chegou esse papel, e ele teve a mesma impressão que eu de que isso era tão
597 geral que a gente não teria como discutir sobre na última reunião que ocorreu há duas sextas-
598 feiras. Então não tem nenhuma posição do Departamento. E o documento é vago, entre outras
599 razões, porque a maneira como as alterações do regulamento da USP foram feitas une a
600 avaliação dos docentes à avaliação dos departamentos e unidades. Então eles não tinham como
601 fazer algo mais preciso. Por que eles fizeram isso? Porque no mesmo documento aprovado no
602 CO, se diz que as diretrizes gerais, tanto da CAI quanto da CAD, têm que ser aprovadas no fim
603 do ano anterior à implementação. Então tem uma pressa de calendário que eles foram obrigados
604 a seguir, em função do que havia sido aprovado originalmente no CO. Apesar de isso ser um
605 ponto de partida que não vai a lugar nenhum. Por outro lado, eu acho que, embora, de fato, a
606 questão dos pesos e das especificações não caiba agora, é na instância da CAD sim, vai chegar
607 lá, a diretrix que tem que haver critérios quantitativos também está prevista para lá, mas em
608 outro momento. No ano que vem provavelmente a gente vai ter que fazer isso. No entanto, eu
609 acho que a ideia da flexibilização, que o Departamento de Linguística apontou, é um critério
610 suficientemente geral para que possa ser oferecido aqui. Por que eu digo isso? Porque o
611 documento original aprovado no CO dizia o seguinte: a primeira versão dizia que cada um
612 tinha que ter um plano para cinco anos. O que é uma loucura, todo mundo que tem a nossa vida

A T A S

613 e sabe como ela funciona, as flexibilidades e mudanças que ela apresenta, sabe que isso é um
614 absurdo. Depois, no processo de concessões que eles fizeram para conseguir aprovar, eles
615 permitiram que fosse feita uma reavaliação no meio do período, com dois anos e meio, o que eu
616 também acho problemático. Agora, se a gente propusesse a ideia de uma flexibilização que
617 daria dois ou três modelos e que neste período o professor poderia retrospectivamente, digamos
618 assim, dizer que se adequou mais a esse ou aquele, eu acho que seria uma coisa interessante. E
619 é uma diretriz geral, que não cai nessa discussão de se a pesquisa vale mais do que a Graduação
620 ou a Graduação vale mais do que a Extensão. Então isso eu acho que vale a pena a gente
621 acrescentar, também em termos muitos gerais, não tão precisos quanto a linguística apresentou.
622 Mas eu acho que isso vale a pena, talvez até mais do que a questão do RDIDP, porque, embora
623 para nós isso seja ponto absolutamente pacífico, o modelo de avaliação geral não prevê que isso
624 seja regra. Então pode ser que determinadas unidades ou determinados departamentos não
625 considerem isso. Agora a ideia da flexibilização pode ser pensada em todos os modelos, mesmo
626 em departamentos como o Direito ou como a Administração que têm uma presença menor do
627 RDIDP em relação a nós.” **Profa. Rosângela Sarteschi:** “O que eu vou falar é rápido. Acho
628 que o Luís me contemplou bastante, mas a única coisa que eu queria falar, talvez não seja agora
629 o momento, mas eu resolvi falar, é que me incomoda um pouco que a gente tenha que dar
630 diferença entre os itens, quer dizer, que o ensino de Graduação tenha um peso, que o ensino de
631 Cultura e Extensão tenha outro. E eu acho que isso é bem problemático, porque a Universidade
632 está construída em cima de três níveis diferentes: ensino, pesquisa e extensão, e me parece bem
633 problemático que a gente depois diga o que é mais importante ou menos importante. Eu acho
634 que são níveis, todos eles, importantes para a modelação do que é a Universidade. E me causa,
635 inclusive, algum estranhamento que Extensão e Cultura em todas as falas estejam sempre em
636 último plano, e eu acho que ela é o momento em que a Universidade tem uma inserção social
637 maior do que na Graduação e na Pós-Graduação. Então me incomoda bastante esse tipo de fala
638 que eu tenho ouvido aqui genericamente. Eu sei que talvez não seja esse o momento, mas já
639 que a gente está falando em princípios, eu entendo que esses princípios devam ser
640 equacionados e balanceados naquilo que a gente entende como papel da Universidade.” **Vice-**
641 **diretor:** “Na verdade, eu acho que nós temos aqui duas questões que são importantes. Se
642 estamos discutindo diretrizes gerais, eu acho que nós temos que observar esses 7 itens e saber
643 se todos são aceitáveis ou se há algum que deva ser retirado. Esse é o primeiro ponto. Então
644 discutimos se todos nos satisfazem ou se a gente deve excluir ou incluir algum. Acho que esse é
645 o primeiro ponto, essa é a primeira ideia central. A segunda ideia central, ainda que não seja o
646 momento e ainda que não seja característico de todas as unidades a defesa do nosso regime
647 preferencial, eu acho que nós não podemos perder oportunidade em todos os momentos
648 institucionais de deixar claro que é a nossa preferência, e que isso é uma opção de 100% dos
649 professores dessa Unidade. Ainda que não atenda à Medicina, ou à FEA, ou à POLI, ou a
650 qualquer outra, isso não nos diz respeito. Na verdade, o que nós temos que fazer é a nossa
651 defesa intransigente desse tipo de regime, porque ele é o único que nos interessa. Então, ainda
652 que não seja o lugar, ainda que não seja a hora, eu acho que nosso documento deve sempre
653 começar partindo desse princípio básico para que a gente não seja pego despreparado. É uma
654 questão de estratégia, me parece. A terceira questão que eu tenho que pontuar e que eu acho
655 que é razoável é da gente entender que a questão da flexibilização proposta pela linguística me
656 parece essencial, mas eu acho que ela pode ser ainda mais genérica, eu acho que a gente pode
657 fazer uma formulação dizendo que: ‘nós acreditamos que as capacidades ou habilidades
658 específicas dos docentes dentro do nosso regime preferencial devam ser valorizadas, ou seja,
659 aquilo que se optar para o período de avaliação, seja ele dois anos e meio, cinco anos, três anos,
660 um ano, seja lá qual for, deve ser garantido na proporção estabelecida pelo docente com
661 antecedência necessária. Em suma, eu quero ser avaliado x% nessa questão, nesse quesito, e ele
662 é tão importante quanto aquele em que eu sou avaliado em apenas 10 ou 1 ou 2%’. Então me
663 parece que essas são as questões principais que a gente pode devolver a eles.” **Prof. Waldir**

A T A S

664 **Bevidas:** “Endossando essa sua última fala, eu vou enfatizar o modo como a gente tem que
665 apresentar essa flexibilização, e vou comentar a fala do Tércio e da Rosângela. Aparentemente
666 não é o momento de fazer essa discussão de pontuação, mas como ela será uma questão
667 inevitável, se a gente não antecipa e coloca com vigor primeiro o RDIDP, e segundo, a
668 possibilidade do professor escolher o estilo de avaliação que ele vai ter, isso contempla melhor,
669 no meu entender, a questão que a Rosângela levanta, porque se naqueles 5 anos eu pretender ao
670 invés de fazer uma pesquisa acadêmica mais forte, preferir estender à comunidade em cursos de
671 extensão para professores da rede estadual, etc., eu não serei prejudicado em função dessa
672 escolha. Então se nós colocamos essa flexibilização bem marcada e a critério do professor, eles
673 vão vir ‘com o terceiro bode’ dentro da nossa sala. Eu estava aqui falando com a Elisabetta que
674 o meu sonho seria que a CAD caísse, ou seja, do modo como ela foi feita, o GT que foi
675 instalado, enfim, a falta de discussão, temos ‘dois bodes’ dentro da sala e estamos tentando
676 higienizar um pouco. Então vamos higienizar até o fim. Então essa é a ideia de deixar marcado
677 esse leque de possibilidades de avaliação, salvo melhor entendimento, e eu posso até mudar de
678 convicção, mas por enquanto a minha convicção é essa.” **Profa. Ana Megiani:** “A proposta do
679 Departamento de História de suprimir o item 6 foi justamente para poder simplificar, quer
680 dizer, ele é um item que no nosso entendimento estaria contemplado. Então quando você fala
681 em outras especificidades, em nenhum momento a gente quis desqualificar, desrespeitar essas
682 especificidades que vocês estão trazendo agora. Eu apenas fiz o relato do que naquele
683 momento, pensando no Departamento de História, e em seu corpo docente, foi considerado:
684 que o item 6 não tinha nada a ver com a gente, mas era só isso. E em relação ao que a
685 Rosângela colocou, a fala do Waldir também me contemplou, quer dizer, eu também entendi
686 isso: não é que a Cultura e Extensão seja mais ou menos importante, mas que também todo o
687 enrijecimento, quer dizer, nós temos por exemplo os nossos colegas dos museus e dos institutos
688 que não têm Graduação e que acabam sendo obrigados a dar disciplinas optativas de Graduação
689 justamente por essa rigidez nesses três itens. E nós temos muitos historiadores, por exemplo, no
690 Museu Paulista, no IEB, que não podem vir nos ajudar com as nossas disciplinas obrigatórias
691 porque são obrigados a dar os seus cursos lá nas suas unidades. Então é tudo muito engessado.
692 Por isso eu concordo muito com a ideia de criar essas opções de duas ou três tabelas de acordo
693 com o interesse do professor.” **Profa. Evani:** “Eu queria justamente falar com a Rosângela
694 sobre isso que o Departamento de Linguística trouxe. Eu concordo inteiramente com você,
695 Rosângela. Eu acho que é um problema a Cultura e Extensão estar sempre abaixo das outras
696 coisas e é até um pouco por isso que ela não avança. Agora, isso que a gente tomou como base
697 é a avaliação da progressão horizontal. Então é uma discussão que tem que ser feita já nesse
698 aspecto, quer dizer, a gente tem que não aceitar, como já havíamos aceitado na Congregação
699 passada, que a base disso seriam esses critérios da progressão horizontal sem discussão. Então
700 eu acho que colocar a Cultura e Extensão em pé de igualdade com a Docência e com a Pesquisa
701 é importante. A outra coisa, que o Waldir já respondeu, é que isso aqui foi uma sugestão feita
702 com base no que é o interesse do Departamento de Linguística, mas não é necessariamente o
703 que deve ser para todos os departamentos. É só um modelo de flexibilização que para nós é
704 adequado, e pode não ser adequado para outros Departamentos. E quanto ao item 6, nós aqui
705 colocamos como ‘outras atividades pertinentes à área de atuação’: pareceres, participação em
706 bancas e comissões de eventos científicos. Porém, eu reconheço que isso é muito pouco, por
707 isso tenho interesse em ver o que o DLO levantou, que é uma lista gigantesca. Mas o exemplo
708 que você tinha me dado antes, Profa. Safa, não tinha me convencido muito, quer dizer, você
709 publicar em livros e periódicos, eu acho que é uma coisa que tem a ver com pesquisa. Porque o
710 que nós entendemos é que, como é o resultado da sua pesquisa, você deve divulgar, e essa
711 divulgação está prevista lá.” **Profa. Safa Jubran:** “Como eu não participei das discussões
712 anteriores, eu vi que essas coisas todas só cabiam aqui. Agora, se elas podem estar em outro
713 lugar, tudo bem. E eu acho que vocês também têm muito mais do que pareceres e outras coisas
714 para entrarem como ‘outras atividades pertinentes à área de atuação’.” **Prof. André Singer:**

A T A S

715 “Eu vejo que há uma certa convergência em torno da questão do regime integral, da ideia de
716 flexibilização, importância da extensão e eu queria acrescentar um item e depois fazer uma
717 referência à questão do regime de tempo integral. O item que eu queria acrescentar, não sei se
718 há consenso na Congregação a respeito disso, é da indissociabilidade entre o ensino e a
719 pesquisa. Porque eu acho que isso tem a ver com o nosso projeto acadêmico, que tem a ver
720 também com a maneira com que nós queremos ser avaliados, no sentido de que nós não
721 achamos que possa haver uma dissociação, um afastamento entre o ensino e a pesquisa. Nós
722 estamos entendendo que essas duas coisas estão juntas, que elas precisam caminhar juntas,
723 então, nós também queremos ser avaliados a partir da unidade entre essas atividades. Em que
724 medida as pesquisas se refletem nos cursos que damos e o contrário também. Isso no que diz
725 respeito, mais fortemente à graduação, mas eu diria também, em relação à pós-graduação. Ou
726 seja, a não separação entre essas duas atividades. Acho que se houver consenso, isso deveria
727 constar, por que é um ponto que nós gostaríamos de apresentar. Com relação à questão do
728 tempo integral, eu queria trazer um outro assunto, que ainda não foi levantado aqui. Eu tive
729 informações - um pouco tardias, é verdade, mas a direção da Faculdade também deve saber -
730 que foi constituído um grupo de trabalho, pelo vice-reitor, no final de agosto, para estudar,
731 entre outras coisas, flexibilizações na regulamentação atual do exercício de tempo integral. Isso
732 tem a ver com uma reivindicação, que está sobretudo na Faculdade de Economia, no sentido
733 de poder emitir nota fiscal. Tem a ver com uma mudança que aconteceu e, portanto, nós
734 estamos na vigência dessa mudança e que se quer fazer uma alteração disso. Tem havido
735 publicidade em relação a esse tema, recentemente nos jornais, em relação à perda de
736 professores, etc. Eu acho que seria conveniente do ponto de vista tático, vamos assim dizer, que
737 nós peçamos um esclarecimento. Que tipo de discussão está sendo feita a respeito desse
738 assunto, porque eu temo que possa, de uma hora para outra, cair uma proposta sobre a qual nós
739 não tenhamos sequer tempo de refletir. Na verdade, eu soube - Prof. Paulo, eu não sei se o
740 senhor confirma - que houve um pedido de posicionamento das unidades, por parte desse
741 grupo de trabalho formado no âmbito da reitoria. Portanto isso já está em curso. Não sei se no
742 próprio documento, ou se a Congregação me autorizaria a fazer isso à parte. Eu acho que nós
743 deveríamos fazer um pedido de esclarecimento sobre o que está sendo discutido.” **Prof. Luís**
744 **César:** “Um acréscimo. Não pode ser na resposta, porque isso se dirige à CAD. E o Marcílio,
745 que é o presidente da CAD, ficou igualmente estarecido. Então esse esclarecimento deve ser
746 feito diretamente no CO.” **Vice-diretor:** “Eu tenho muitos esclarecimentos a dar a respeito
747 disso, depois da minha fala eu dou.” **RD Filosofia Gabriela Macedo Pereira de Souza:**
748 “Primeiro, eu queria só um esclarecimento acerca dessa discussão do projeto acadêmico. Vai
749 ser um projeto acadêmico redigido pela unidade e não pelos departamentos separadamente?”
750 **Vice-diretor:** “Por todo mundo: docentes, departamentos, unidades. Todo mundo.” **RD**
751 **Filosofia Gabriela :** “Então, cada professor da FFLCH vai redigir um projeto acadêmico que
752 abarque esses sete itens? Ok, muito obrigada. Uma segunda questão, eu achei muito
753 interessante o anotamento da profa. Rosângela, acerca da discussão: pesquisa, ensino, extensão
754 e também a discussão trazida pelo DLO, acerca das outras pertinências das áreas de atuação
755 docente. Eu queria trazer uma contribuição, que é uma discussão que tem gerado muito
756 acúmulo entre os estudantes, que eu acho que poderia caber dentro de uma reflexão, que vocês
757 mesmos vão fazer na hora de redigir esse projeto, entre os departamentos e os colegas, que é a
758 questão da saúde mental. Estamos debatendo muito sobre a questão da saúde mental na
759 Universidade. Há diversos textos e pesquisas que têm sido publicados acerca da grande
760 recorrência de problemas psicológicos em estudantes de pós-graduação e graduação. E temos
761 um crescente problema acerca disso, aqui na própria FFLCH, de casos de suicídios e surtos
762 psicóticos. Acho que o professor talvez seria um agente de mediação que estaria atento,
763 principalmente aos seus orientandos, dentro de toda essa pressão vivida dentro da academia.
764 Então, talvez essa mediação entraria nessas outras pertinências da atuação do docente, não
765 tradicionalmente, acredito, mas acho que é uma questão nova que vem e sobre a qual valeria a

A T A S

766 pena refletir um pouco.” **Profa. Ana Paula:** “Só para lembrar que no projeto institucional
767 estavam contemplados esses itens. Neste aqui não está, mas no institucional estava.” **Prof.**
768 **Mário Ramos Francisco Junior (CCEEx):** “Eu estou falando muito mais pelo meu
769 departamento, do que pela Comissão de Cultura e Extensão, mas eu concordo, em primeiro
770 lugar com o prof. André, e com o adendo de que no nosso caso aqui na Faculdade de Filosofia,
771 especificamente no curso de Letras, a indissociação de pesquisa e ensino também está atrelada
772 à extensão. Nós temos um caso sério, importante: muitos dos cursos de língua aqui, por
773 exemplo, são exposição de atividade de pesquisa, de resultados de pesquisa e isso é levado à
774 extensão e à comunidade também. Então acho que esse ponto deve ser reforçado. No nosso
775 caso aqui, os três pilares estão bem contemplados e são importantes demais, então, concordo
776 com a fala aqui. Nós começamos o documento do nosso Departamento, tomei a palavra na
777 frente da minha chefe para talvez esclarecer alguma coisa sobre as outras atividades, porque
778 fomos tentando encaixar aquilo que não se encaixava nos outros elementos. Começamos pela
779 Cultura e Extensão, que no caso do nosso Departamento tem um peso muito grande. Fechamos
780 o nosso documento com a questão da gestão universitária, mas ao mesmo tempo tentando pedir
781 e colocar justamente a necessidade um equilíbrio na avaliação. Talvez não seja o momento de
782 colocar pontos, pontuações, tabelas dadas e prontas, mas deixar muito claro que é um
783 equilíbrio, que é essa flexibilidade das tabelas que deve estar contemplada e muito claramente.
784 Acho que esse é um ponto muito comum entre todos aqui. Só para esclarecer as outras
785 atividades, eu vou dar um exemplo, talvez a gente tenha trabalhado um pouco ainda sob o
786 chumbo da avaliação CAPES nas costas. Então estávamos pensando muito nisso e com isso
787 muito na memória. Então, no nosso caso, colocamos aqui traduções, que muitas vezes não são
788 contempladas - é um trabalho que nem sempre está ligado diretamente à pesquisa, mas é um
789 trabalho importante para algumas áreas de língua, eu sou um exemplo. Enfim, nós colocamos
790 resenhas publicadas em jornais e revistas, que muitas vezes não são atreladas à pesquisa;
791 participação em conselhos editoriais; pareceres, como já foi colocado aqui; produção artística,
792 um item colocado por um dos professores; orelhas; editoras comerciais, que muitas vezes não
793 são contempladas, isso ainda é parte do peso da avaliação CAPES sobre nós. Ou seja, nós
794 perdemos pontos porque publicamos em editoras comerciais, mas que são resultados de
795 pesquisas paralelas e que divulgam as culturas que nós estudamos no Brasil. Então são esses
796 pontos, eu estou tentando ler em termos gerais para não me demorar muito, mas são esses
797 pontos entre outros em que nós colocamos em vários itens, são 8 itens de outros assuntos. Nós
798 colocamos, por exemplo, editoria de revistas acadêmicas. Isso não é Extensão e Cultura, isso
799 não é exatamente Pesquisa, isso é um trabalho pesado que talvez entrasse. Não é nem em
800 função de gestão, mas são atividades que a gente espera que sejam contempladas.”
801 **Representante discente – Flávia:** “Boa tarde. Sou do Programa de História Econômica. Na
802 verdade, eu queria reforçar as falas que buscam ressaltar a indissociabilidade que têm sempre o
803 Ensino, a Cultura e a Extensão. Algumas falas, sobre a possibilidade de atribuir notas,
804 avaliação, sempre coloca a Extensão em um lugar menor e eu acho que a gente deveria encará-
805 la como uma questão mais estratégica, porque em um momento em que a Ciência e a
806 Tecnologia, a possibilidade de se promover pesquisa no nosso País está sob ataque, a gente fica
807 meio como os incompreendidos diante da sociedade. Quem é que vai definir a possibilidade de
808 se promover ciência, de se fazer ciência, de se definir os recursos necessários para isso? Há
809 uma certa incompreensão, e a gente se deparou muito com esse debate agora, com a
810 possibilidade de corte de bolsas dos estudantes, de não ter o recebimento do pagamento das
811 bolsas, porque quanto ao retorno para a sociedade, talvez tenhamos um déficit sobre isso. Então
812 o fato da sociedade não compreender a atividade acadêmica, o papel da Universidade e da
813 promoção do desenvolvimento da ciência, talvez também seja um pouco culpa nossa. E eu
814 acho que quando a gente está em um momento de debater as diretrizes - e estamos todos
815 debatendo, em especial depois das ‘pauladas’ da CAPES - quando a gente para para refletir
816 sobre os parâmetros de avaliação e tal, eu acho que a gente deveria, então, refletir de forma

A T A S

817 mais ampla. Acho que o papel da Universidade é estar sempre conectando mais esses
818 elementos, ela precisa estar trazendo a sociedade para a discussão e envolvendo a comunidade
819 no que a gente está fazendo, que é fundamental, é estratégico. Então, é mais para ressaltar esse
820 aspecto que surgiu aqui e eu acho importante uma fala nesse sentido. Obrigada.” **Vice-diretor:**
821 “Eu faço agora a minha última fala esclarecendo algumas questões e proponho um
822 encaminhamento para a nossa reunião que eu achei extremamente interessante e frutífera. No
823 que diz respeito à indissociabilidade, me parece que ela é um ponto essencial que deve estar
824 contido nisso, lembrando que isso é uma questão legal. Ainda que a USP teime em não acatar o
825 RDIDP, salvo engano da minha parte, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão
826 está ali salvaguardado como característica essencial do ensino de 3º grau. A questão do tempo
827 integral, isto é, o tempo integral isolado, não é o de dedicação exclusiva, portanto, me parece
828 que a questão é mais complexa do que a gente possa imaginar. A última coisa que eu tenho a
829 falar, antes de propor o encaminhamento, e eu peço a atenção desse colegiado, é que eu estou
830 propondo aqui uma nota de pesar ao falecimento da Profa. Emília Viotti da Costa, professora
831 emérita dessa casa, que ocorreu durante o feriado. Então, se todos permitirem, eu irei redigir
832 em nome da Congregação uma nota de pesar. Todos concordam? Ótimo, muito obrigado por
833 concordarem. Então nós iremos efetivar isso em nome da Congregação para que seja
834 amplamente divulgado.” 1.1 - DOCUMENTO DA CAD - CÂMARA DE ATIVIDADES
835 DOCENTES. **Vice-diretor:** “A proposta que eu tenho a fazer de encaminhamento, ou seja,
836 sobre a resposta que nós iremos dar à CAD, é que formulemos um pequeno documento,
837 mínimo, porque não temos muito tempo também, mas que diga respeito, tentando recuperar as
838 ideias que deverão estar contidas nesse documento: 1º - a defesa intransigente do nosso regime
839 preferencial; 2º - a questão da indissociabilidade da Docência, Pesquisa e Extensão, o tripé
840 norteador da Universidade brasileira do ponto de vista legal; 3º - a concordância ou
841 discordância com a apresentação dos itens propostos como indicadores e a flexibilização dos
842 critérios de avaliação de acordo com o interesse do docente, isto é, que ele no início do período
843 de avaliação opte por qual é a ponderação que ele quer na sua avaliação de acordo com os
844 critérios que estão pré-estabelecidos. Eu acho que isso é o máximo que a gente pode dizer em
845 resposta à generalidade que está sendo colocada para que não caiamos numa cilada perigosa
846 que não tenha volta. Coloco a vocês essa proposta de encaminhamento. Para levar a termo essa
847 proposta, eu pediria, então, agora 2, 3 ou 4 colegas que se articulassem para escrever esse texto
848 e a gente referendasse antecipadamente, acreditando na boa vontade e no bom senso dos
849 colegas para produzir uma resposta à Reitoria contendo esses dados. Eu coloco em discussão
850 esse encaminhamento.” **Prof. Manoel Mourivaldo:** “É só um esclarecimento a respeito do que
851 a colega Ana Paula colocou. A Resolução 5.940 de 26 de julho de 2011, que eu acho que ainda
852 não está revogada, trata especificamente do que se refere à Extensão e nela cabe tudo o que o
853 Mário e o DLO levantaram em relação às outras atividades pertinentes. Aqui está exatamente
854 tudo, nessa resolução 5940, listando exatamente quais são as atividades de Extensão, e nós
855 utilizamos isso nas nossas avaliações horizontais, nas últimas que fizemos, e está elencado:
856 entrevista, parecer, trabalho artístico, participação em banca. Quer dizer, qualquer coisa que
857 esteja relacionada à atividade extra universidade, que a gente interfira de alguma maneira fora
858 da universidade - banca, curso de curta duração em outra universidade - tudo está contemplado
859 nessa resolução que lista o que se trata de atividades relacionadas à Cultura e Extensão, que
860 parece ser aquele item 6. É a resolução 5940 de 26 de junho de 2011 assinada pelo Rodas.”
861 **Profa. Ana Paula:** “Paulo, como única representante do Departamento de História aqui, eu,
862 então, retiro a proposta do meu Departamento de que fosse suprimido o item 6. Acho que está
863 bem esclarecido, os Departamentos todos esclareceram a mim pelo menos, e eu levo para os
864 meus colegas o porquê foi mantido.” **Profa. Evani:** “Agora eu fiquei sem entender, porque o
865 que o Prof. Mourivaldo está falando que isso está suprimido em Cultura e Extensão, e eu achei
866 que o Prof. Mourivaldo estava dizendo que ele não precisa do item 6.” **Profa. Ana Paula:** “Eu
867 entendi que ele estava dizendo que existia essas outras atividades. Eu achei que você estava

A T A S

868 dizendo, Prof. Mourivaldo, que o item 6 estava contemplado nessa portaria.” **Prof. Manoel**
869 **Mourivaldo:** “Atividade de Extensão. Ou seja, eu estou compactuando com você, isto é, com o
870 Departamento de História e sua proposta de suprimir o item 6, porque ele é um pleonasmo em
871 relação às atividades de Cultura e Extensão de acordo com essa portaria, 5940, salvo engano.”
872 **Profa. Ana Paula:** “Eu havia entendido o contrário. Então agora volta como era antes, isto é,
873 eu mantenho a proposta da História de suprimir o item 6.” **Profa. Safa Jubran:** “Ninguém
874 está sabendo a que diz respeito esse item 6?” **Vice-diretor:** “Eu tenho a ideia de que esse item
875 6, Profa. Safa, sinceramente, é para que a pessoa possa estabelecer qualquer coisa de acordo
876 com a sua vontade desde que não esteja contemplado em nenhuma das outras.” **Profa. Safa**
877 **Jubran:** “Sempre vai haver coisas que a gente faz que não estão contempladas lá. Porque o
878 meu medo é colocar ‘isso é importante para mim’ e falarem ‘isso não é previsto pela Extensão,
879 nem Cultura.” **Profa. Maria Clara Paixão:** “Sabe o que eu acho que corresponde a esse item
880 6? Procedimento médico, espetáculo, consultoria, eu acho que talvez sejam coisas muito
881 evidentes para as outras áreas, mas que a gente não sabe porque não são pertinentes à nossa
882 área.” **Prof. Tércio:** “Com licença, Prof. Paulo. Eu acho que se o DLO sente necessidade, não
883 tem problema manter.” **Vice-diretor:** “O que o Prof. Mourivaldo está me propondo é o
884 seguinte: que a gente mantenha o item 6 e aquilo que não estiver contemplado na portaria 5940
885 de 2011, que a gente jogue no item 6. Então o 1º ponto, se posso encaminhar, é que
886 compreendemos que os pontos apresentados pela CAD como pontos de diretrizes gerais, estão
887 de acordo com aquilo que a gente pensa. Certo? Ótimo, então mantém-se todos os 6 pontos.
888 Aceitamos os itens. Essa é a primeira questão. A segunda questão: eu pergunto se todos
889 concordam com os itens pré-elencados por mim, ou seja, a indissociabilidade, o RDIDP e a
890 flexibilização da avaliação. Todos de acordo? Certo. Agora quem se prontifica a fazer parte
891 dessa comissão de redação? Agora parece aquela cena do Asterix em que o Júlio César pede
892 que apareçam voluntários, que deem um passo à frente, e ninguém dá um passo à frente, dão
893 um passo atrás e deixam só um à frente. Mourivaldo, você ajuda? Andreas você ajuda o
894 Mourivaldo? Tércio, você ajuda? Então temos a comissão de três: Mourivaldo, Andreas e
895 Tércio. Todos concordam? Até amanhã: meio-dia e meia, uma hora, pode até ser um pouco
896 mais. Só mais uma coisa, nós encaminhamos um e-mail à CPA, de acordo com a aquela
897 questão do tempo integral, nós respondemos sim ao questionamento do GT, dizendo o seguinte:
898 ‘A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP considera imprescindível para
899 esta Unidade de Ensino o regime preferencial de seu corpo docente em Regime de Dedicção
900 Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP, cujo objetivo é garantir a excelência do ensino
901 difundido em atividades de pesquisa, extensão e cultura.’ Essa foi a nossa resposta ao
902 questionamento feito pelo GT, ou seja, a gente defende aquilo que nos cabe, que é esta a nossa
903 defesa.” **Profa. Evani:** “Eu só queria fazer um comentário ao item flexibilização, à maneira
904 como você colocou o item flexibilização. Você disse que isso ficaria a critério do interesse dos
905 docentes, no início do período de avaliação, mas eu queria lembrar o que o Luís falou, que isso
906 pode mudar de acordo. Então acho que é bom não enfatizar muito, pois há uma possibilidade de
907 mudança ao longo do período, dependendo da circunstância.” **Vice-Diretor:** “Acho que é isso.
908 Perfeito. Pergunto a esta Congregação se alguém quer fazer alguma consideração a mais.
909 Então, declaro encerrada a Congregação Extraordinária. Muito obrigado a todas e a todos.” E,
910 para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos
911 Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com a Senhora Presidente. São Paulo,
912 06 de novembro de 2017.